

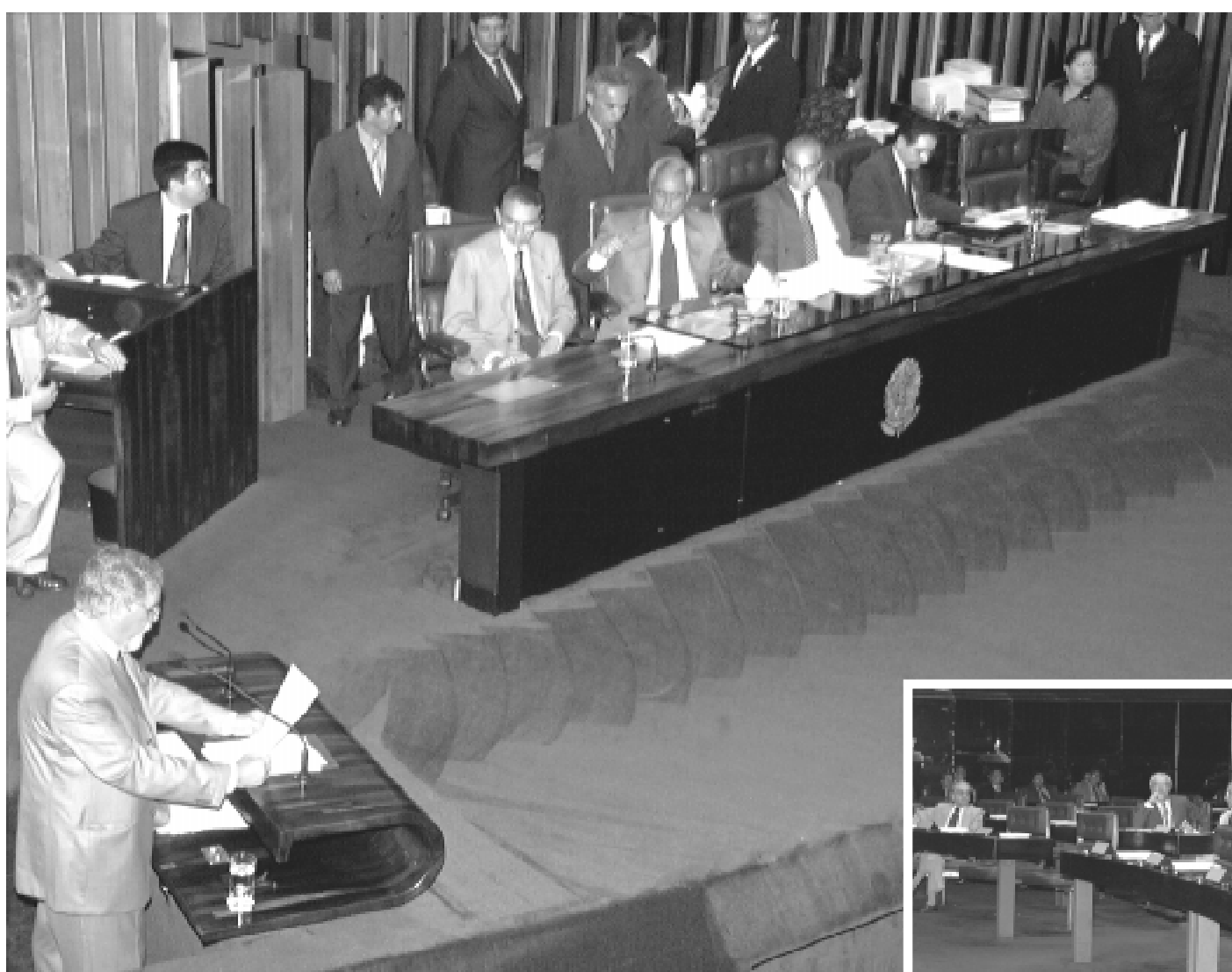
JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.470 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2002

Lafer diz que restrições dos EUA ao aço podem ser revistas logo

Ministro das Relações Exteriores afirma em debate no Senado que medidas protecionistas prejudiciais às exportações brasileiras podem ser mudadas em até dez dias. Senadores cobram ações também em defesa da paz no Oriente Médio



Fotos: José Cruz

Poderão ser revistas nos próximos dez dias as medidas protecionistas adotadas pelo governo dos Estados Unidos e que atingem as exportações de aço brasileiro, afirmou ontem no Senado o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer. O ministro disse haver duas datas-limite para que os EUA mudem as salvaguardas: no próximo dia 14 ou em meados de julho. Lafer também debateu com os senadores a crise no Oriente Médio, criticando a invasão de cidades palestinas por Israel.

PÁGINAS 4 E 5

Celso Lafer narra entendimentos com autoridades norte-americanas. Senadores (abaixo) cobram ação efetiva do governo brasileiro



Congresso garante recursos para o Fundo Partidário

PÁGINA 2

Ademir pede ação federal para evitar conflito no Pará

PÁGINA 7

Comissão aprova bloqueio de dinheiro de traficantes

Instrumentos legais que permitem bloqueio do dinheiro de traficantes integram o projeto de lei sobre prevenção e repressão ao tráfico de drogas, aprovado ontem pela Comissão Mista de Segurança Pública. A matéria será votada pelo Senado e Câmara dos Deputados.

PÁGINA 3



Moroni Torgan, relator, e Iris Rezende, presidente, participam da reunião

Célio Azevedo

Tebet: plano de cargos tramitou normalmente

Respondendo a questionamentos da imprensa, o presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou ontem que a tramitação do projeto que trata do plano de cargos e salários dos servidores da Casa foi normal, tendo levado dois anos. Tebet destacou que o pedido para a votação da matéria em regime de urgência foi subscrito por 72 senadores.

Tebet afirmou ainda que não haverá pedido de suplementação orçamentária para o pagamento do reajuste salarial dos funcionários, conforme determina o projeto, uma vez que o plano já estava previsto no Orçamento da União de 2001. A implantação do plano, informou o presidente do Senado, deverá se dar em quatro anos e gerará aumento de R\$ 45 milhões na folha da Casa.

Quanto à demora da tramitação de outras matérias, como a proposta de emenda constitucional que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), Tebet disse que a PEC está sob exame da Câmara dos Deputados, portanto, fora de seu alcance.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Ramez Tebet disse ainda que o Congresso está buscando soluções para o problema criado com a aprovação da emenda constitucional que dificultou a edição de medidas provisórias (MPs) pelo Executivo. Com a aprovação da emenda, a votação de MPs tem prioridade, o que vem trancando a pauta nas duas Casas do Congresso Nacional. Tebet observou que o Congresso está em fase de experimentação dessa regra, que será aperfeiçoada com o tempo.

Em relação à possibilidade de o governo vir a editar medidas provisórias revogatórias (revogando decisões do Congresso), Tebet afirmou que este é um assunto complexo, que ainda precisa ser estudado.

Congresso aprova R\$ 26 mi para o Fundo Partidário

Solicitados pelo Tribunal Superior Eleitoral, os recursos serão destinados para manutenção de sedes e serviços dos partidos políticos

O Congresso Nacional aprovou ontem a abertura suplementar de crédito de R\$ 26 milhões em favor do Fundo Partidário da Justiça Eleitoral. Solicitados pelo Tribunal Superior Eleitoral, os recursos se destinarão a despesas com a manutenção de sedes e serviços dos partidos, de modo a permitir o pagamento de pessoal, propaganda doutrinária, alistamento e campanhas eleitorais.

A abertura desse crédito se viabilizará por projeto de lei, a ser submetido ainda à apreciação do Congresso, e os recursos provirão da anulação parcial de reserva de contingência. Antes da votação, o deputado Pompeu de Mattos (PDT-RS) defendeu a utilização dos recursos na adoção, já nas próximas eleições e em todo o país, de sistema de impressão dos votos.

Pompeu de Mattos disse que o PDT tem feito gestões junto ao TSE para que, além da votação eletrô-



Reunido ontem, o Congresso Nacional aprovou a abertura suplementar de crédito que será viabilizado por projeto de lei

nica, esteja disponível o sistema de impressão do voto, para posterior conferência pelos eleitores, a fim de reduzir a possibilidade de fraude.

Na mesma sessão, o deputado Jorge Bittar (PT-RJ) apresentou requerimento retirando de pauta o projeto de resolução que disci-

plina a apreciação pelo Legislativo das medidas provisórias. Em razão de o governo querer incluir nesse projeto dispositivo que propicia a uma medida provisória revogar outra, não há entendimento para a votação da matéria. O requerimento foi aprovado e adida a votação do projeto.

Linha de transmissão receberá recursos

Foi aprovado ontem pelo Congresso Nacional projeto autorizando a execução orçamentária de contratos relativos à instalação de 585 quilômetros de linhas de transmissão de energia de Itaipu para subestações associadas, passando pelas cidades de Ivaiporã, Itaberá e Tijuco Preto, todas em São Paulo. Os recursos sairão da unidade orçamentária destinada a Furnas Centrais Elétricas.

Foi também autorizada a execução orçamentária de contrato consignado no Orçamento 2002 para a modernização e recuperação da infra-estrutura das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino do

Distrito Federal. O Orçamento prevê a destinação de R\$ 17,2 milhões para o hospital da UnB, mas os recursos não puderam ser liberados porque o TCU havia apontado irregularidades em obras dessa instituição. Auditoria posterior do próprio TCU concluiu que as irregularidades eram de caráter meramente formal.

Na votação, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que o Congresso estava fazendo uma homenagem aos hospitais universitários. Ele disse que o hospital da UnB está passando por aflições em razão da escassez de recursos. Disse ainda que esta é uma universidade de vanguarda, que não me-

rece estar sujeita a essa asfixia.

Numa terceira votação, o Plenário autorizou a execução de contratos destinados à recuperação de trechos rodoviários do Corredor Nordeste, entre Recife e Caruaru. Todos os contratos estavam cancelados em razão da lei que veda a execução orçamentária de convênios relacionados a obras que apresentem indícios de irregularidades graves, apontadas pelo Tribunal de Contas da União, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e do Congresso Nacional. As decisões do Plenário vão agora à promulgação.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2002

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Segunda-feira

14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 153/01, dispõe sobre a transformação da Escola Federal de Engenharia de Itajubá em Universidade Federal de Itajubá (Unifei); PLC nº 154/01, dispõe sobre a transformação da Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei em Fundação Universidade Federal de São João Del-Rei; PR nº 69/01, dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 97/98, do Senado, ao refinanciamento da dívida mobiliária de Alagoas; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs nº 12/00 e 14/01), altera o *caput* e os parágrafos 4º, 6º, 11 e 7º e acresce o parágrafo 8º ao artigo 57 da Constituição federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária); entre outras matérias.

Quarta-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 27/01, acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 32/01, altera o inciso II do art. 37 da Constituição federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 48/01, altera o *caput* do artigo 27 da Constituição federal (dispõe sobre a representação nas assembleias legislativas); Substitutivo do Senado ao PLC nº 26/99, estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone; PLC nº 76/01, dispõe sobre a criação de Programa de Orientação Sexual, de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e do Uso de Drogas; PLC nº 144/01, altera a Lei nº 5.869/73 (Código de Processo Civil) com simplificação do procedimento processual civil; entre outras matérias.

Quinta-feira

10h - Sessão deliberativa ordinária

Sexta-feira

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

17h30 - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Quarta-feira

9h - Comissão de Assuntos Sociais

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovado mecanismo que permite bloqueio de dinheiro de traficante

Projeto de lei acatado ontem pela comissão mista que analisa medidas contra a criminalidade estabelece normas para apreensão de bens de narcotraficantes e de suspeitos de atuarem como “laranjas”

A Comissão Mista de Segurança Pública concluiu ontem a votação do projeto de lei que estabelece normas para prevenção e repressão do tráfico de drogas e tratamento de dependentes. A proposta define os crimes e estabelece procedimentos para apreensão de bens de traficantes e de pessoas suspeitas de atuarem como “laranjas”.

Os parlamentares da comissão, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), discutiram o capítulo da proposta sobre procedimentos penais, que estabelece o Sistema Nacional Antidrogas. Caso aprovados, os dispositivos preenchem lacunas deixadas pelos vetos à lei antidrogas aprovada no ano passado.

De acordo com o relator da comissão, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), as propostas introduzem mecanismos que podem fazer com que o dinheiro do traficante seja bloqueado, abrindo a possibilidade de interditar bens que por indícios pertençam de fato a traficantes mas que estejam registrados em nome de “laranjas”.

— Traficante nenhum tem muitos bens em seu nome. Eles estão sempre em nome de “laranjas”. Pela proposta, esses “laranjas” serão alcançados pela legislação ainda na fase de investigação, ou seja, não terão tempo para se desfazerem dos bens. O traficante não tem medo de ficar preso. Ele tem medo de ficar pobre — afirmou.

Pela proposta, o juiz que decretar a prisão preventiva de uma pessoa acusada de tráfico de drogas não necessitará mais embasar sua decisão, como acontece hoje. O embasamento dos despachos, segundo Torgan, é um dos artifícios encontrados pelos advogados de defesa dos traficantes para, apontando falhas no processo, conseguir suspender a prisão do cliente em instância recursal. Por outro lado, o projeto determina que, caso não acate o pedido de prisão, o juiz terá de justificar a decisão.



Célio Azevedo

Iris Rezende, entre Moroni Torgan e Magno Malta, preside reunião da Comissão de Segurança

Será mais difícil vendedor de droga dizer que é usuário

O deputado Moroni Torgan (PFL-CE), relator do projeto de lei para repressão ao narcotráfico e tratamento de dependentes, destacou que a proposta aprovada impede que traficantes consigam se passar por usuários. Como a legislação atual diz apenas que o usuário é aquele flagrado com drogas para consumo próprio, o traficante, independentemente da quantidade que esteja portando, alega que o entorpecente não seria destinado à venda.

Conforme o projeto, uma pessoa só pode ser considerada usuário se estiver portando pequena quantidade de droga. A proposta também acaba com a

prisão para o dependente de drogas.

— Ele é um doente que pode ser levado a tratamento obrigatório que será bom para ele e toda a família — afirmou Torgan. De acordo com o projeto, o juiz poderá determinar que o usuário seja tratado, mesmo sem seu consentimento.

As Forças Armadas foram excluídas do projeto e não participarão da repressão ao narcotráfico.

— Tentamos eliminar os dispositivos legais usados pelos traficantes para escapar da punição, disse Torgan, prevendo que a comissão poderá concluir seus trabalhos em, no máximo, duas semanas.

BALANÇO/COMISSÕES

Formação de bando pode ter punição mais severa

Nesta semana, a Comissão Mista de Segurança Pública avançou na discussão de projetos para combater a criminalidade no país. Ficou decidido que a associação de três ou mais pessoas para cometer os crimes de tráfico de drogas, terrorismo, contrabando, seqüestro ou delitos financeiros será punida com cadeia por um período de cinco a dez anos. Hoje, essa associação é caracterizada pela lei como formação de “bando”, com punição mais leve.

A proposta constará de projeto de lei a ser submetido nos próximos dias a votação no Senado e na Câmara. Os integrantes da comissão, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), concordaram ainda em mudar a lei para permitir que seja decretada a prisão preventiva de acusados de tráfico de drogas, desde que haja provas suficientes do crime. O juiz também poderá determinar a indisponibilidade dos bens, direitos e valores oriundos do tráfico.

A Comissão Mista de Segurança

Pública foi criada no início do ano, para que apresentasse, em 60 dias, projetos destinados a conter a criminalidade no país. Já foram aprovadas várias sugestões e, nos próximos 15 dias, deputados e senadores que a compõem decidirão se recomendam ou não a unificação das polícias civil e militar. Uma das medidas recomendadas, e que já consta de projeto, é a proibição do porte de armas, exceto por militares ou pessoas que comprovarem judicialmente que se encontram com a vida ameaçada.

CORREIO ELETRÔNICO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou nesta semana projeto destinado a acelerar os processos judiciais, permitindo o uso de correio eletrônico na transmissão de documentos a serem anexados a ações judiciais. Trata-se de projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR), que poderá ser enviado diretamente ao exame dos deputados, caso não se peça sua votação no Plenário do Senado.

A CCJ aprovou ainda projeto que dá prioridade às mulheres para receber moradias em programas do governo que não exijam contrapartida financeira dos adquirentes. A proposta é do senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Também foi aprovado pela comissão projeto do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que dá prioridade aos alunos afro-descendentes na concessão de bolsas de estudo concedidas por escolas que recebem incentivo previdenciário.

Também foi aprovada pela CCJ proposta de emenda à Constituição que permite aos partidos realizarem as coligações que desejarem, sem a necessidade de seguir nos estados as realizadas para a eleição presidencial. A emenda, do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), será agora votada pelo Plenário do Senado. Seu objetivo é anular a determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de verticalização das coligações partidárias para as eleições de outubro próximo.

BALANÇO/PLENÁRIO

Senado suspende decisão do TSE sobre coligações

Uma das decisões tomadas pelo Senado nesta semana foi a suspensão, por meio de decreto legislativo, da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que vincula as coligações partidárias feitas nos estados às realizadas para a eleição presidencial. O projeto ainda depende de aprovação na Câmara dos Deputados.

O autor da proposta, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), disse que a decisão do TSE promove “a mais absoluta insegurança jurídica”. Para o relator do projeto, senador Amir Lando (PMDB-RO), o tribunal exorbitou de sua competência, uma vez que tem poderes para baixar as normas eleitorais, sem que isso, no entanto, signifique modificações no processo eleitoral.

O Plenário também aprovou projeto que flexibiliza as regras para estados e municípios obterem créditos. O limite de comprometimento das receitas, conforme a proposta do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), passa de 22% para 32%. E foi autorizado financiamento no valor de US\$ 240 milhões para o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE).

Os senadores também aprovaram autorização para a União conceder garantias para a contratação de empréstimo de US\$ 900 milhões pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o financiamento da terceira etapa do Programa de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas.

O Plenário aprovou ainda projeto que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação utilizado pela comunidade de surdos. No mesmo dia, foi aprovada resolução que unifica as tabelas de vencimentos dos servidores do Senado.



Roosevelt Pinheiro

Para Renan, verticalização das coligações promove “a mais absoluta insegurança jurídica”

CELSON LAFER NO SENADO

Restrição dos EUA ao aço brasileiro pode ser revista

As medidas protecionistas adotadas no último dia 20 de março pelo governo dos Estados Unidos e que atingiram as exportações de aço brasileiro para aquele país poderão ser revistas nos próximos dez dias, segundo anunciou ontem o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, no Plenário do Senado, em atendimento a convite para expor a posição do governo diante das decisões norte-americanas.

Após narrar uma série de entendimentos mantidos pelo Itamaraty com autoridades do governo norte-americano e junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), Celso Lafer disse haver duas datas-limite para que o governo dos EUA introduza mudanças nas salvaguardas adotadas: uma, no próximo dia 14; outra, em meados de julho.

Ao comentar os prejuízos que as medidas protecionistas adotadas pelo governo norte-americano podem trazer ao Brasil, Lafer citou as projeções feitas pelo próprio setor siderúrgico nacional, que apontam para perdas da ordem de US\$ 290 milhões. Tais números – explicou – não se ativeram aos valores das exportações atuais de aço para os Estados Unidos confrontados com a sobretaxa imposta. Ao contrário, le-

varam em conta as perspectivas de negócios que estavam abertas com aquele país, incluindo-se aí a compra da siderúrgica norte-americana Heartland Steel pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que pretendia processar semi-acabados importados do Brasil.

Fazendo-se as contas pelos números efetivos das exportações de aço para os Estados Unidos no ano passado, argumentou Lafer, as perdas para o Brasil, diante das sobretaxas norte-americanas, chegariam a US\$ 91 milhões de dólares, aproximadamente 13% do total exportado para aquele mercado (US\$ 734 milhões).

O ministro explicou que o impacto sobre as importações de aço de fornecedores considerados não-preferenciais, como Japão, Coreia e União Européia, deverá chegar aos 60%. Para ele, contudo, o pior de tudo isso será, certamente, o “efeito dominó” desencadeado em todo o comércio mundial, com retaliações de parte a parte. Lafer disse que o Brasil hoje tem uma indústria siderúrgica moderna e altamente competitiva, com uma produção de 28 milhões de toneladas, das quais 65% vendidas no próprio mercado brasileiro.

Semi-acabados e laminados planos são os mais atingidos

As medidas protecionistas adotadas pelo governo dos Estados Unidos contra as importações de aço brasileiro atingem, principalmente, segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, os semi-acabados (em especial, placas), cuja cota de exportação para o mercado norte-americano não poderá ultrapassar 2,5 milhões de toneladas métricas. Entretanto, serão prejudicados também os laminados planos, que praticamente não mais poderão ser exportados, incluindo-se aí as chapas galvanizadas, as chapas grossas e os laminados a frio, que em 2001 renderam quase US\$ 70 milhões ao Brasil.

Anunciadas no dia 5 de março, as salvaguardas norte-americanas entraram em vigor no último dia 20. As medidas restritivas às importações de aço feitas pelos Estados Unidos, para assim salvaguardar

indústrias daquele país, foram as seguintes: fixação de uma quota de 4,9 milhões de toneladas métricas para os semi-acabados, com aumento de 450 mil toneladas métricas ao ano; tarifas de 30% sobre laminados planos em geral, passando a 24% no segundo ano e a 18% no terceiro; imposição de tarifas iniciais de 8% a 15% para outros produtos siderúrgicos, conforme o caso (produtos longos, inoxidável etc.); isenção de qualquer restrição para os produtos siderúrgicos do México, Canadá, Jordânia e Israel (países com os quais os EUA mantêm acordo de livre comércio); isenções para países em desenvolvimento em produtos nos quais suas exportações sejam inferiores a 3% das importações norte-americanas. Essas salvaguardas terão duração de três anos, a contar de 20 de março deste ano.



Celso Lafer explicou ao Senado a posição do governo brasileiro diante das medidas protecionistas adotadas pelos Estados Unidos

Hartung pede ação imediata junto à Organização Mundial do Comércio

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) lamentou a demora do Brasil em entrar com uma ação junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a decisão dos Estados Unidos de sobretaxar suas importações de aço brasileiro.

O ministro Celso Lafer respondeu não haver recusa em adotar essa linha de ação, mas explicou que o Brasil está privilegiando uma negociação bilateral com o governo norte-americano por entender que pode haver resultados mais rápidos do que com uma negociação no âmbito da OMC, que



Hartung critica demora para ação na OMC

leva pelo menos 18 meses para alcançar algum resultado prático.

Hartung perguntou, ainda, por que não adotar, também, alíquotas de importação mais altas para produtos siderúrgicos que o Brasil importa. Segundo Lafer, medidas desse tipo precisam ser estudadas com cuidado, porque há 20 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos excedentes à procura de novos mercados, e, na contrapartida natural que existe em comércio internacional, o Brasil pode sair perdedor.

Para Fernando Bezerra, governo está sendo lento na reação às sobretaxas

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) criticou o governo federal pela lentidão das providências que vem tomando em relação às sobretaxas norte-americanas sobre a importação do aço brasileiro. “Foram US\$ 12 bilhões que o setor investiu, obtendo o mais baixo custo siderúrgico do mundo. Hoje responde por 5% de nossas exportações. Esses números justificariam mais presteza governamental em sua defesa”, afirmou.

Ao responder, o chanceler Celso Lafer observou que o Brasil obteve cotas livres de sobretaxas que,



Bezerra quer “mais presteza governamental”

se não configuram uma situação favorável, abrem caminho para uma negociação bilateral que tem boas chances de melhorar. “Convém esgotar esse caminho pacífico antes de partir para um confronto”, frisou.

Para Fernando Bezerra, esse episódio deve alertar o governo brasileiro sobre a necessidade de se garantir espaço determinado nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) para os produtos em que o Brasil é competitivo, como acontece com a siderurgia.

Simon aponta “provincianismo” norte-americano

Em debate com o chanceler Celso Lafer, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) perguntou se o Brasil não deveria seguir o exemplo de outros países e adotar também sobretaxas ao aço importado, como resposta à decisão dos Estados Unidos. Lafer respondeu que a questão está em estudo, mas lembrou a necessidade de se evitar um problema de desabastecimento da indústria nacional.



Simon lembra reação de outros países

Simon disse ainda que considera “ eminentemente provinciana ” a posição do atual governo norte-americano em relação aos grandes temas internacionais. Como exemplo, ele lembrou a recusa do presidente George Bush de assinar o Protocolo de Kyoto, que prevê a redução da emissão de gases que produzem o efeito estufa.

Suplicy destaca contradição com a proposta da Alca

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou ontem, durante o debate com o ministro Celso Lafer, se a atitude do governo dos Estados Unidos de impor barreiras à importação de aço não seria contraditória com o propósito de Washington de concluir até 2005 as negociações para a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

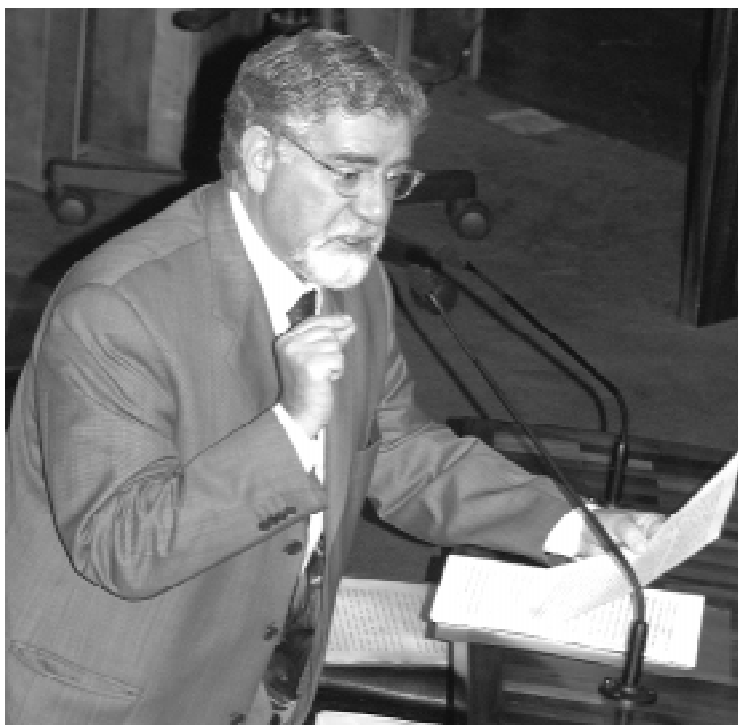
Em resposta, Lafer disse que o governo detecta, sim, uma contradição. “E esta é uma contradição a ser cobrada”, frisou o ministro, após recordar que, nas negociações sobre a Alca, o Brasil tem enfrentado o “núcleo duro” do protecionismo norte-americano.

Suplicy observou que o debate em Plenário estava sendo acompanhado não apenas por empresários, mas também por representantes de trabalhadores do setor – que chegam, atualmente, a 67 mil.



Suplicy: debate interessa a 67 mil trabalhadores

CELSO LAFER NO SENADO



Fotos: José Cruz

Lafer relatou aos senadores providências diplomáticas adotadas pelo governo brasileiro em favor da paz entre israelenses e palestinos

Lafer critica “equilíbrio de terror” no Oriente Médio

Convidado pelo Senado inicialmente para esclarecer a posição do governo brasileiro em relação à decisão dos Estados Unidos de sobretaxar as importações de aço, o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, também abordou ontem, durante debate em Plenário, a grave crise do Oriente Médio.

A iniciativa de tratar do tema partiu dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Paulo Hartung (PSB-ES), que, preocupados com os desdobramentos da crise política e com o aumento do recurso à violência pelas partes envolvidas, requereram que o debate também incorporasse esclarecimentos sobre a posição brasileira



em relação aos conflitos no Oriente Médio.

Após relatar aos senadores as providências diplomáticas adotadas pelo governo brasileiro no sentido de garantir uma solução

pacífica ao conflito entre israelenses e palestinos, o ministro concordou com as críticas feitas pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao atual primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon.

— Israel não merecia um primeiro-ministro com as características do atual — afirmou Lafer, lembrando que não era de sua obrigação fazer um comentário dessa natureza. Ele disse temer que o atual “equilíbrio estratégico de terror” possa prolongar os conflitos.

Para Simon, “o povo judeu não merece o primeiro-ministro que tem”

Ao analisar ontem em Plenário a crise do Oriente Médio, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, criticaram duramente a atuação do primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon.

— Tenho todo o respeito pelo povo judeu, mas ele não merecia o primeiro-ministro que tem — disse Simon, após observar que a crise na região extrapolou

todos os limites e criticar a “absurda omissão” do presidente norte-americano George Bush diante do conflito.

Apesar de admitir que não era sua obrigação emitir opiniões dessa natureza, na posição de ministro das Relações Exteriores, Lafer disse estar de acordo com Simon e lamentou que a violência tenha se tornado a única moeda de troca entre israelenses e palestinos.

Brasil pode contribuir para a paz, diz Suplicy

A cordialidade existente entre as comunidades brasileiras de árabes e israelenses permite ao Brasil, segundo o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), adotar posição de destaque na busca de uma solução pacífica para a crise do Oriente Médio.

— Podemos ser os catalisadores de um entendimento para a paz — disse ontem Suplicy durante debate em Plenário com o ministro Celso Lafer.

Em resposta, Lafer disse que ele próprio e o presidente Fernando Henrique Cardoso estão empenhados em conversar com líderes de todo o

mundo — inclusive o chanceler israelense, Shimon Peres — sobre a necessidade de uma solução para o conflito, que inclua a “presença internacional” como medida indispensável de curto prazo.

O senador lamentou ainda a condenação, nos Estados Unidos, do brasileiro Elson Souza, por liderar uma quadrilha de imigração ilegal pela fronteira mexicana. Ele observou que a busca de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca) não deve beneficiar apenas as grandes empresas multinacionais, mas também os trabalhadores do continente.

Ministro lamenta ocupação, Távola condena armas

O ministro Celso Lafer mostrou-se convicto de que existem dentro do governo israelense grupos que defendem uma saída de paz para o Oriente Médio, sem a necessidade de lançar mão de ações beligerantes, como as que estão ocorrendo.

Lafer acredita que a ocupação dos territórios palestinos por tropas israelenses, defendida principalmente pelo primeiro-ministro Ariel Sharon, poderá arrasar as cidades e causar danos irreversíveis à população civil, “mas jamais destruirá os centros de terror”.

Celso Lafer fez essas avaliações depois de ser questionado pelo líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que se mostrou preocupado com o avanço da guerra no Oriente Médio. Távola também pediu ação do governo norte-americano no sentido de alcançar a paz e criticou o crescimento da indústria armamentista, a qual, observou, está associada e se alimenta da chamada direita mundial. Para o senador, essa indústria é a grande responsável pela grande maioria dos conflitos mundiais.



Artur da Távola: indústria armamentista é a grande responsável pelos conflitos



Ramez Tebet: Brasil vem se comportando à altura de suas tradições diplomáticas

Ramez Tebet elogia disposição para o debate

Ao encerrar a sessão plenária em que o ministro Celso Lafer prestou esclarecimentos sobre a posição do governo brasileiro frente à sobretaxa do aço nacional imposta pelos Estados Unidos e ao conflito entre israelenses e palestinos no Oriente Médio, o presidente do Senado, Ramez Tebet, destacou a disposição do embaixador em sempre comparecer à Casa para discutir os “grandes momentos nacionais”.

— Vossa Excelência honra a tradição da Casa de Rio Branco (sede do Ministério das Relações Exteriores) e interpreta o sentimento do Senado da República ao debater os grandes problemas e defender os interesses nacionais — declarou.

Para Tebet, o Brasil vem se comportando à altura de suas tradições diplomáticas e democráticas ao se recusar a admitir, de forma passiva, as restrições impostas por outros países.

Tião Viana cobra maior empenho das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas (ONU) só vai interferir nos conflitos do Oriente Médio caso haja uma “ação destacada” do governo norte-americano e da maioria dos países europeus, conforme avaliou o ministro Celso Lafer.

Para o ministro, o momento exige a abertura de negociações para que a guerra entre israelenses e palestinos chegue ao fim. O caminho natural para isso, observou, é a diplomacia, pois é preciso que Israel e Palestina sentem-se à mesa de negociação, cedam e façam concessões de ambos os lados.

A resposta do ministro veio depois que o senador Tião Viana (PT-AC) cobrou da Organização das Nações Unidas (ONU) maior empenho para pôr fim ao conflito no Oriente Médio. Para o senador, a ONU “está agindo timidamente” diante do agravamento da crise que envolve israelenses e palestinos.

Tião Viana também cobrou do Itamaraty uma política mais ousada na defesa do aço brasileiro em relação à política protecionista norte-americana.



Para Tião Viana, país deve adotar política mais ousada na defesa do aço

Fogaça: análise equivocada da crise argentina pode se refletir no Brasil

Senador pede aos candidatos à Presidência da República que evitem visões “distorcidas e falaciosas” acerca da Argentina. Segundo ele, isso poderia resultar em decisões incorretas sobre assuntos brasileiros

O senador José Fogaça (PPS-RS) analisou ontem em Plenário as causas da crise argentina e chamou a atenção da sociedade para os problemas enfrentados pelo país vizinho porque, em sua avaliação, o drama daquela nação pode trazer inquietações para o Brasil, especialmente no momento em que se aproximam as eleições. O maior risco, segundo o senador, poderá resultar de avaliações equivocadas apresentadas por candidatos acerca dos motivos que levaram a Argentina ao drama hoje enfrentado.

Para José Fogaça, há equívoco nas análises que apontam o processo de privatização empreendido



Na opinião de José Fogaça, privatização não foi a causa da crise argentina

pelo ex-presidente Carlos Menem como o fator que gerou a crise atu-

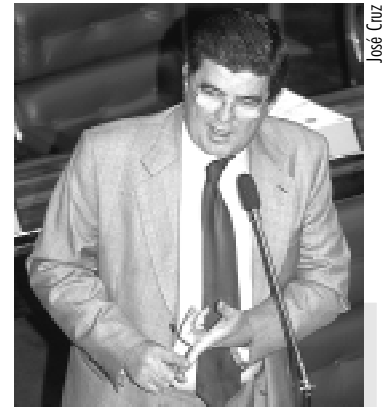
al. O senador admite que houve erros na condução do processo, além de atropelos e até atos inconseqüentes, mas ressalta que esse aspecto é apenas um detalhe do problema.

O essencial na análise do drama argentino, na opinião de Fogaça, é entender que houve duas afrontas institucionais que, na verdade, foram as responsáveis pela crise atual. A primeira foi a manutenção da lei que fixava o valor do dólar como sendo o mesmo do peso. “Um regime cambial engessado, fechado, que tirou a

possibilidade de uma política cambial flexível, para enfrentar diferentes situações ou tendências novas que o mercado internacional pudesse oferecer”, declarou.

O outro erro cometido pelos governantes foi, segundo Fogaça, o descontrole absoluto do déficit público, a incapacidade de controlar o potencial de emissão de moeda pelas províncias argentinas.

Diante dessa análise, o senador dirigiu um apelo especial aos candidatos à Presidência da República, pedindo-lhes que evitem visões distorcidas e falaciosas acerca da Argentina, que podem resultar em decisões incorretas para os rumos do próprio Brasil.



Para Machado, discriminação racial é fruto da colonização equivocada e da secular omissão do Estado

Estudo comprova discriminação, diz Sérgio Machado

Ao abordar o tema da discriminação no país, o senador Sérgio Machado (PMDB-CE) referiu-se a pesquisa indicando que brancos e negros cometem crimes violentos em iguais proporções, mas os réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial. De acordo com o levantamento, os negros têm mais dificuldades de usufruir o direito de ampla defesa. O estudo é de Sérgio Adorno, pesquisador da Universidade de São Paulo.

Segundo o trabalho citado pelo senador, a taxa de encarceramento no estado de São Paulo é de 7,68 brancos para cada 10 mil habitantes. Para os negros, a taxa se eleva a 42,1. A probabilidade de um negro estar na prisão é cinco vezes maior. “Eis o produto do preconceito em nosso comportamento e em nossas instituições”, disse Machado, explicando que o objetivo de Sérgio Adorno foi caracterizar e explicar as causas do acesso diferencial de brancos e negros à Justiça criminal, por meio da análise das sentenças para crimes da mesma natureza.

Conforme pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), acrescentou Sérgio Machado, dos cerca de 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza, mais de 15% são negros. O mesmo estudo revela que um trabalhador branco ganha, em média, R\$ 573 por mês, e um negro aproximadamente 54% menos.

Na avaliação de Machado, a discriminação racial é fruto da colonização equivocada e da secular omissão do Estado. Apesar disso, ele acredita que o país quer mudar, daí ter assumido esse propósito por meio de seus representantes na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na África do Sul.

Cândido cobra posição do governo pela paz

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) exigiu do governo Fernando Henrique Cardoso uma tomada de posição favorável ao processo de paz no Oriente Médio como forma de contribuir para a liberdade, a democracia e a prosperidade de israelenses e palestinos, em igualdade de condições. Em discurso feito ontem, o senador também pediu às potências ocidentais que imponham sanções contra Israel, pela invasão dos territórios palestinos.

Para Geraldo Cândido, a política externa brasileira com relação ao conflito no Oriente Médio “está sendo muito tímida”. A seu ver, o Itamaraty deveria agir com rigor

em todas as esferas diplomáticas para inibir as ações de Israel contra o povo palestino. “A população está sendo massacrada”, alertou o senador.

Geraldo Cândido, que apresentou à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) voto de censura à ocupação israelense, observou que a situação é tão crítica que diplomatas estrangeiros chegaram a ser impedidos de entrar na cidade de Ramallah, onde o líder palestino Yasser Arafat está isolado há uma semana.

— Os países árabes estão de mãos atadas, com medo que uma suposta ação de defesa do povo pa-

lestino seja encarada como um ato de guerra contra Israel e, por extensão, contra o seu maior aliado, os Estados Unidos — observou Geraldo Cândido, que pediu ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas imediata intervenção no conflito, “antes que ele se expanda ainda mais”.

O senador José Fogaça (PPS-RS) apoiou, em aparte, as colocações de Geraldo Cândido, e solicitou do Congresso Nacional uma manifestação de repúdio a Israel e em favor do imediato cessar-fogo e da retirada das tropas israelenses dos territórios palestinos. Os senadores Moreira Men-



Cândido diz que política externa brasileira com relação ao Oriente Médio “está sendo muito tímida”

des (PFL-RO), Amir Lando (PMDB-RO) e Tião Viana (PT-AC) também condenaram as ações de Israel.

Simon aplaude permanência de embaixador brasileiro na Opaq

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) aplaudiu a decisão do Conselho Deliberativo da Organização das Nações Unidas para a Proscrição de Armas Químicas (Opaq), que manteve no cargo de diretor-geral da entidade o embaixador José Maurício Bustani, apesar das pressões do governo dos Estados Unidos, que chegou a apresentar moção de desconfiança contra o diplomata brasileiro.

— A decisão do Conselho Deliberativo da Opaq significa a derrota da política norte-americana no que tange ao controle de armas químicas, demonstrando

que a gestão pacifista do embaixador brasileiro, baseada no consenso e não no confronto, goza de aprovação no seio da entidade que dirige — disse Simon, para quem Bustani vem conduzindo a organização de forma imparcial.

Na avaliação do senador, o governo norte-americano quer retirar Bustani do cargo de diretor-geral da Opaq porque “ele vem contrariando interesses belige-

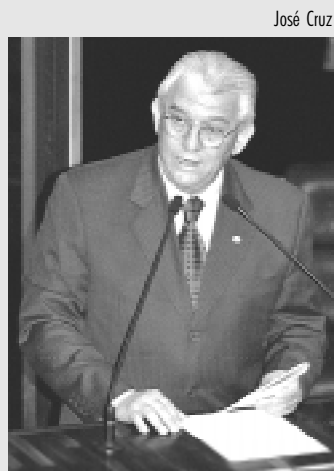


Para Simon, Bustani vem realizando gestão imparcial

rantes dos Estados Unidos”. Comentando a posição norte-americana, Simon observou que Bustani realiza à frente da organização um trabalho competente e eficiente. Como exemplo, informou que Bustani, eleito para o cargo em 1997 e reeleito em 2001, obteve a adesão de países como o Irã e a Líbia, além de ter inspecionado as indústrias químicas de mais de 50 países.

Depois de pedir a transcrição, nos

Anais do Senado, de entrevista concedida por Bustani ao *Correio Braziliense*, Simon disse que os americanos são desfavoráveis ao embaixador porque ele realiza uma administração independente, sempre se posicionando contra medidas que julga nefastas para o desarmamento químico. Como exemplo, com base na entrevista de Bustani, o senador citou o caso da Rússia, que possui o maior arsenal do mundo e necessita de recursos para desativá-lo, mas o Congresso norte-americano vem sistematicamente bloqueando ajuda financeira àquele país.



Assentamento foi conquista de nove anos de luta das famílias, diz Moreira Mendes

Moreira Mendes comemora assentamento

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) manifestou ontem sua satisfação diante da decisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de criar o assentamento Martim-Pescador, regularizando a situação de 700 famílias dos municípios de Urupá e Alvorada d'Oeste, em Rondônia, que há nove anos lutam pelo título definitivo de suas terras.

Segundo o senador, a criação do assentamento é fundamental para que os produtores possam obter crédito de bancos oficiais e financiamento de safras. "Sem dinheiro, fica difícil desenvolver pecuária e produção de grãos, que vêm sendo mantidas a título precário com imensas dificuldades", disse.

Moreira Mendes afirmou que, desde sua posse como senador, há três anos e meio, ele tem envidado esforços junto aos Ministérios da Justiça e do Desenvolvimento Agrário para obter a regularização do assentamento. "Agora vou lutar para levar a eletrificação rural até lá", garantiu.

Para o senador por Rondônia, sua vitória precisa ser compartilhada com as autoridades do ministério da Justiça e da Fundação Nacional do Índio (Funai), com o deputado federal Expedito Júnior e com prefeitos e vereadores dos municípios da região que também trabalharam para a regularização do assentamento.

Ademir Andrade pede ação federal para evitar conflito urbano no Pará

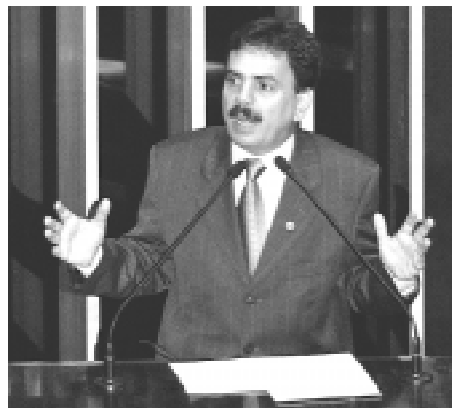
Senador teme novo confronto entre a Polícia Militar e os sem-teto da ocupação "Carlos Marighela", no município de Ananindeua, devido a nova ordem judicial de reintegração de posse

Diante da ameaça de novo confronto entre a Polícia Militar e invasores de uma área particular urbana no município de Ananindeua, às margens da BR-316, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) apelou ontem, em Plenário, para que o governo federal interfira no caso e tente evitar uma "nova onda de violência e mortes no Pará".

Ademir Andrade justificou o apelo, alegando "descaso" do governador Almir Gabriel (PSDB) e do prefeito de Ananindeua, Manoel Pioneiro, com a situação das duas mil famílias que ocuparam, em novembro de 2001, uma área

de cerca de 80 hectares. Segundo informou, a primeira operação militar para desocupação do local ocorreu em fevereiro passado. Agora, nova ordem judicial de reintegração de posse, expedida na última terça-feira, voltou a levar tensão para os sem-teto da ocupação "Carlos Marighela".

De acordo com o senador paraense, os proprietários do terreno até estariam dispostos a aceitar sua desapropriação. Em contato com o governador Almir Gabriel, conforme re-



Para Ademir Andrade, há descaso do governo do estado e da prefeitura do município

portagem do jornal *O Liberal*, o ouvidor agrário do estado, desembargador Otávio Marcelino Maciel,

apresentou essa proposta, mas Gabriel a teria recusado sob o argumento de que a medida poderia criar um precedente.

Com as administrações estadual e municipal "eximindo-se de responsabilidade" e a decisão do ouvidor de deixar o caso com o fracasso da negociação com o governo, Ademir disse que restou às famílias tentar resolver o problema diretamente com os donos do terreno. Preocupado com a situação, o senador cobrou o envolvimento do poder público com o assunto, lembrando que este existe para "intervir nas questões de interesse da sociedade".

Fernando propõe compensação a estado exportador

O senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) defendeu ontem a aprovação de proposta de emenda à Constituição de sua autoria que estabelece uma compensação fiscal aos estados que têm superávit em sua balança comercial. Ele afirmou que a iniciativa destina-se a corrigir uma injustiça da atual legislação, que premia os estados importadores e prejudica os estados exportadores.

—Um país que adota o lema "exportar é a salvação" mantém, em flagrante contradição, uma legislação anacrônica e incoerente — observou o senador, que lembrou que os estados domicílios das im-

portadoras são autorizados a cobrar Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de produtos importados, o que beneficia principalmente São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com a proposta de emenda à Constituição, 20% da arrecadação do Imposto de Importação será destinada aos estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao resultado positivo na balança



Para Fernando Ribeiro, o projeto visa corrigir injustiça da legislação

comercial de cada estado. Nenhuma unidade da Federação, ainda segundo o texto, poderá receber mais de 10% do saldo comercial que houver obtido.

Na opinião do senador, a aprovação dessa proposta servirá de incentivo ao aumento de exportações, uma vez que os governos estaduais passariam a contar com um estímulo fiscal para obter resultados positivos.

Atualmente, recordou, estados

como o Pará não recebem nenhum retorno pela contribuição ao saldo comercial do país.

—Pelo contrário, o estado precisa investir para manter estradas desgastadas pelo transporte de madeira, um dos produtos de nossa pauta de exportação — disse.

A proposta conta com o apoio dos dois outros senadores do Pará, Ademir Andrade (PSB) e Luiz Otávio (PPB). Fernando Ribeiro anunciou sua intenção de procurar apoio junto a colegas de outros estados superavitários na balança comercial e também das unidades da Federação que nada perderiam com a aprovação da matéria.

Projeto de Osmar Dias permite o parcelamento de débitos com Pasep

Cabe à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) votar, em caráter terminativo (sem necessidade de discussão em Plenário), o projeto de lei do senador Osmar Dias (PDT-PR) que permite aos estados e municípios parcelar em 20 anos seus débitos com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) junto à Fazenda nacional.

Segundo o senador, recentemente houve um processo de consolidação e refinanciamento de dívidas estaduais e municipais pela União, o que levou a um melhor ordenamento das finanças

públicas, que alcançou os créditos de natureza financeira, contratados por meio de empréstimos ou pela emissão de títulos mobiliários. Mas os débitos das unidades da Federação com a Fazenda nacional, como é o caso das contribuições para o Pasep, não foram equacionados adequadamente e, por isso, são alvo constante de demandas judiciais. E a Justiça de primeira instância, conforme o senador, tem respondido a essas demandas de maneira instável, ora dando ganho de causa aos governos estaduais e municipais, ora à Fazenda.

— Nada assegura o direito aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios de se desvincularem, unilateralmente, das contribuições do Pasep — avalia o senador.

Com base nessa avaliação, Osmar Dias concluiu que o seu projeto é a melhor solução para o problema. Assim, ele considera que pode ser dado mais um passo na consolidação das finanças públicas, especialmente dos passivos com a Fazenda nacional.

O projeto determina que caberá ao Ministério da Fazenda conceder a autorização para o parcelamento das dívidas em 240



Pela proposta de Osmar, estados e municípios poderão parcelar dívida em 20 anos

meses, definindo as regras para o início do pagamento. Pela proposta, incidirão sobre as parcelas a taxa de juros referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais.

Alcântara pede estímulo à doação de órgãos e tecidos

Senador teme que, sem novos investimentos, número de doadores se torne crítico, já que crescimento anual vem sendo desacelerado

Ao fazer uma análise da doação de órgãos e tecidos no Brasil, entre 1994 e 2000, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) observou que, embora a nova Lei de Transplantes, de 1997, tenha tido “impacto significativo” sobre o número de transplantes realizados no Brasil, o crescimento anual não se mantém no mesmo nível.

No biênio 1999-2000, informou, houve um aumento de 50,3% nos transplantes de órgãos e 42,9% no de tecidos, em comparação com os dois anos anteriores. O número de transplantes de pulmão subiu 383%, de 1998 para 2000, enquanto os de coração cresceram 80% e os de rim, córnea e medula, 40%.

De acordo com Alcântara, o número total de transplantes de órgãos, que se manteve entre 1.646 e 1.713 de 1995 a 1997, subiu para 1.796 no ano seguinte, saltando para 2.427 em 1999 e 2.851 em 2000. Já os transplantes de tecidos variaram de 2.166 a 2.885 entre 1995 e 1999, apresentando, porém, um grande aumento em 2000, quando foram registradas



Alcântara: nova Lei de Transplantes trouxe mais recursos para o setor

3.865 operações.

Segundo o senador, o crescimento anual, porém, não tem se verificado na mesma proporção. O número de transplantes de fígado subiu 27,7% de 1996 para 1997, caindo para 8,5% em 1998. Já em 1999, aumentou 63%, voltando para 23% em 2000. Lúcio Alcântara apresentou números semelhantes para os transplantes de rim, medula e córnea.

– Esse fato talvez demonstre que se atingiu um patamar de desenvolvimento institucional e do setor, a partir do qual ou novos

investimentos se farão necessários ou a oferta de doadores passará a ser crítica – afirmou.

Lúcio Alcântara lembrou que a nova Lei de Transplantes definiu os preços com que o Sistema Único de Saúde (SUS) remunerará as várias etapas da procura de órgãos, trazendo mais recursos para o setor.

Ele ressaltou, porém, não ter sido possível estabelecer, com base nos dados atualmente disponíveis, se o crescimento dos transplantes foi resultado do “efeito indutor” da nova lei sobre o desenvolvimento do setor ou se deveu a uma maior oferta de doadores, “determinada pela adoção e posterior revogação do princípio da doação presumida”.

Alcântara explicou que o princípio da doação presumida – segundo o qual todos são potenciais doadores de órgãos e tecidos, a não ser que tenham se manifestado contrariamente – foi revogado por medida provisória, destacando que essa legislação também acarretou um aumento da atividade transplantadora do país.

Jucá elogia atuação do Fundescola

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que o hábito de criticar o governo e organismos multilaterais, como o Banco Mundial, está impedindo que o país perceba a importância de alguns programas governamentais feitos com apoio desses organismos. Segundo ele, o Fundo de Fortalecimento das Escolas (Fundescola), do Ministério da Educação, desenvolvido com apoio do próprio Banco Mundial, é um dos programas que merecem atenção, pelo desenvolvimento que tem levado ao ensino fundamental nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Jucá elogiou o Ministério da Educação e explicou que o Fundescola está atuando exatamente no que é historicamente considerado como “gargalo da melhoria do ensino”: infra-estrutura escolar, aperfeiçoamento do



Romero Jucá citou o Dinheiro Direto na Escola como uma das principais iniciativas do fundo

corpo docente e gerenciamento das atividades educativas. Essa iniciativa estimula também a participação da comunidade, levando os pais a acompanhar de perto o aprendizado dos filhos, observou.

Depois de salientar que o fundo procura criar, desenvolver e

manter os chamados Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas, ele ressaltou a importância do programa Dinheiro Direto na Escola, criado em 1995 pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Romero Jucá chamou a atenção para o papel do Fundescola nas áreas rurais – em assentamentos, terras indígenas e terras remanescentes de quilombos. Citou, entre as cidades atendidas, Sítio do Mato e Carinhanha (BA); Porto das Folhas (SE); e Monte Alegre de Goiás, todas áreas remanescentes de quilombos. Outros projetos beneficiados pelo Fundescola, segundo o senador, são o Escola Ativa, o Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação) e o Programa de Gestão de Aprendizado Escolar (Gestar).

Bezerra protesta contra desrespeito ao consumidor

A falta de informações sobre os produtos alimentícios nas embalagens levou o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) a protestar contra os fabricantes, que, segundo afirmou, vêm desobedecendo o art. 31 do Código de Defesa do Consumidor. Segundo o senador, basta percorrer os corredores dos supermercados e observar os rótulos dos produtos disponíveis para constatar a irregularidade sendo praticada de diversas maneiras.

Bezerra ressaltou-se a informações sobre prazos de validade pouco claras e lista de ingredientes de produtos alimentares escrita em caracteres diminutos ou “criptografados, como conservante P-VI, acidulante INS 330, corante caramelo IV e outras coisas semelhantes”.

Ele também criticou a tendência dos fabricantes de abandonarem o vocabulário da língua portuguesa em favor de termos estrangeiros.

– Por que dizer, por exemplo, *rosehips* quando podemos dizer



Informações pouco claras sobre produtos à venda foram denunciadas por Carlos Bezerra

rosa-mosqueta, ou *Aloe vera* – pelo menos é designação científica – quando podemos dizer babosa? O quadro cultural que nos permite julgar desnecessário cumprir algumas leis é o mesmo que mantém a visão da violência como coisa natural. É isso que todos, nação e Estado, precisamos mudar – concluiu.

Para Eduardo, STF manterá bancos sujeitos ao código

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) manifestou a expectativa de que o Supremo Tribunal Federal (STF) mantenha o Código de Defesa do Consumidor (CDC) como regulador da relação entre bancos e seus clientes. Este mês, o STF julga ação direta de inconstitucionalidade movida pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif), que questiona a competência do CDC para normatizar as relações com os bancos.

Ele lembrou que, para a Consif, a Constituição de 1988, em seu art. 192, determina que a estrutura do sistema financeiro deve ser regulada por lei complementar, o que não é o caso do CDC, uma lei ordinária. Mas Eduardo argumenta que o CDC deve ser aplicado, já que os bancos prestam serviços à população.

– A Constituição previu apenas que a estruturação e as normas de funcionamento geral deviam constar de lei complementar. No relacionamento com os clientes, todas as características apontam para uma relação contratual cível, em que os bancos prestam os serviços e co-



Eduardo Siqueira Campos disse que no código há dispositivos que incomodam o sistema financeiro

bram por eles – afirmou.

Eduardo Siqueira Campos considera que, sem o CDC, os consumidores ficariam desprotegidos na relação com os bancos, “que estão entre os campeões de queixa nos Procons”.

– Os bancos querem continuar com o abuso de poder econômico, sem sujeitar-se às sanções previstas e justas. O código é um verdadeiro freio aos abusos que costumavam praticar contra os clientes – afirmou o senador, listando dispositivos do CDC que, a seu ver, incomodam os bancos.